

BOLETIM REDE PORTUGUESA DAS **CIDADES EDUCADORAS**

12017

Águeda - Albufeira - Alenquer - Almada - Amadora - Anadia - Azambuja - Barcelos - Barreiro - Braga - Câmara de Lobos - Cascais - Chaves - Coimbra - Condeixa-a-Nova - Esposende - Évora - Fafe - Fundão - Funchal - Gondomar - Grândola - Guarda - Lagoa (Açores) - Leiria - Lisboa - Loulé - Loures - Matosinhos - Mealhada - Miranda do Corvo - Moura - Odemira - Odivelas - Oliveira de Azeméis - Paços de Ferreira - Palmela - Paredes - Penalva do Castelo - Pombal - Ponta Delgada - Porto - Póvoa de Lanhoso - Rio Maior - Santa Maria da Feira - Santarém - Santo Tirso - São João Madeira - Sesimbra - Setúbal - Sever do Vouga - Silves - Sobral de Monte Agraço - Torres Novas - Torres Vedras - Valongo - Vila Franca Xira - Vila Nova de Famalicão - Vila Real - Vila Verde - Viseu

29





Cidades educadoras, autarcas aprendentes

É hoje consensual pensar as “cidades” como espaço primordial de aprendizagem, de socialização e de participação. O enriquecimento cultural, desportivo, social, ambiental e educativo do espaço cidade é uma responsabilidade de todos os cidadãos, e a eles lhes é devolvido o fruto dos seus investimentos. É a partir da educação e do incremento dos níveis de conhecimento dos nossos cidadãos que desenhamos políticas ambientais mais sustentáveis, políticas de crescimento mais duradouras e solidárias e políticas de participação e inclusão mais fortes.

São as múltiplas competências adquiridas na educação formal e não formal que geram cidadãos cada vez mais capazes de, como se refere na Carta de Cidades Educadoras, “expressar, afirmar e desenvolver o seu potencial humano, assim como a sua singularidade, a sua criatividade e a sua responsabilidade”.

Cascais, “Cidade Educadora”, enfrenta desafios e acolhe ideias que contribuem para a construção e afirmação da identidade do seu território. Cascais, membro da Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras, comunga de uma visão educadora global, atuando diariamente para priorizar as pessoas, proporcionar as condições base para a construção de projetos de vida de felicidade e formar cidadãos comprometidos com a construção de identidades – pessoais e coletivas.

Viva as Cidades Educadoras.

Frederico Pinho de Almeida
Vereador de Educação e Ação Social
Câmara Municipal de Cascais
#seeyouinCascais2018

Ponta Delgada teve a honra de organizar o Encontro Nacional Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE) decorrido a 4 novembro de 2016, no Salão Nobre do Teatro Micaelense, e que contou com a participação de 75 autarcas, dirigentes e técnicos, representando 33 municípios do Continente, Açores e Madeira, reafirmando, com esta organização o seu comprometimento com a RTPCE e a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) que integra desde julho de 2015.

À sessão de abertura, seguiu-se a conferência “Os Municípios, as escolas e as políticas educativas – Análise e debate segundo a questão e debate segundo a questão da(s) autonomia(s)”, pelo Professor João Pinhal, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, a que também assistiram, como convidados, vereadores de outros municípios dos Açores, membros do Conselho Local de Educação e presidentes de Juntas de Freguesia do concelho. O conferencista, avaliando o estado da arte da intervenção dos municípios na construção das políticas educativas, destacou a importância do movimento das Cidades Educadoras, assumido no princípio de que “a cidade será educadora quando reconheça, exerça e desenvolva, para além das suas funções tradicionais (económica, social, política e de prestação de serviços), uma função educadora, isto é, quando assumida uma intencionalidade e responsabilidade, cujo objetivo seja a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, a começar pelas crianças e pelos jovens”, e realçou a importância do poder concelhio na criação de verdadeiros compromissos coletivos em torno da educação, con-

substanciáveis no Projeto Educativo Local.

Decorreu seguidamente a reunião da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, na qual, entre outros assuntos, foi apresentado o VIII Congresso da RTPCE, a realizar na cidade da Guarda, em maio de 2017; prestada informação sobre o XV Congresso da AICE, a realizar em 2018, em Cascais; e foi eleita a Comissão de Coordenação da RTPCE para o biénio 2017/18. Houve ainda lugar à intervenção da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), que procedeu a um balanço da sua ação, perspetivando-se convergências tendentes ao estabelecimento da Rede Lusófona das Cidades Educadoras.

Após o almoço, servido pela Escola de Formação Turística e Hoteleira, visitou-se o Museu Carlos Machado e o Museu Hebraico de Ponta Delgada, numa incursão que, partindo da religiosidade tradicional, culminou na *civitas* da tolerância.

Complementarmente, no dia 5 realizou-se um passeio social na ilha de S. Miguel, pontificado por um típico cozido das Furnas, onde todos puderam, informalmente e com o melhor espírito de confraternização, desvelar um pouco da magia dos Açores.

Esta jornada de profícuo trabalho e de salutar convivialidade veio mais uma vez atestar o extraordinário valor desta Rede e do seu espírito original, tal como frisámos na nossa intervenção: “o de se partilhar práticas e projetos, de se discutir as formas e os meios que garantam que os princípios da Carta das Cidades Educadoras (...) possam

“não é tudo
que está na
educação, é a
educação que
está em tudo”

ser materializados, tudo isto com a grata liberdade de se superarem diferenças ideológicas e o grato gosto de não se afirmarem desinteligências político-partidárias”.

Consubstancia -se, assim, a RTPCE como uma rede de bons princípios, de boas vontades e de boas práticas, na afirmação de uma fórmula revolucionária “não é tudo que está na educação, é a educação que está em tudo” – em todas as ações políticas da governança local –, formando um sentido integrador da vivência coletiva sem exclusões – um sentido de comunidade.

Propusemo-nos, desde a primeira hora, a acolher um Encontro Nacional da RTPCE, agregando no meio do Atlântico uma rede territorial cada vez mais impactante, e fazendo de Ponta Delgada um ponto de encontro das pluralidades dialogantes, na assunção – reiterada – do nosso firme compromisso no desenvolvimento dos princípios expressos na Carta das Cidades Educadoras, na AICE e na nossa RTPCE, profundamente convictos de que não há cidades educadoras sem autarcas e comunidades aprendentes.

FERNANDO MARQUES FERNANDES
Vice-Presidente
da Câmara Municipal de Ponta Delgada

ALBUFEIRA

"A REALIZAÇÃO DE UM SONHO"

O **Município de Albufeira**, tendo como uma das preocupações sociais o bem-estar das crianças e jovens com deficiência ou incapacidade do seu concelho e sabendo que estes poderiam beneficiar de uma terapia específica, para ajudar a melhorar as suas capacidades, resolveu abraçar a iniciativa “realização de um sonho” organizado pela **Divisão de Educação e Acção social**, colaborando na concretização de actividades de **Hipoterapia**, através de um acordo com a empresa **Real Picadeiro (Pêra)**, dan-

do possibilidade a todos os alunos com necessidades educativas especiais (NEE) das Escolas de Albufeira e Ferreiras, de usufruir do prazer de andar a cavalo e/ou contactar com este com fins terapêuticos, durante todo o ano lectivo, 1 vez por semana, das 10h ao 12h.

É sem dúvida um grande feito desta autarquia que unindo todos os esforços possíveis, está a realizar o sonho de muitas crianças que tanto o desejavam e que é algo inacessível para maior parte. ■



PRINCÍPIO 1
Construir uma Cidade que cumpre o direito à igualdade

ALENQUER

Árvore dos Sentimentos

O PES (Projeto da Promoção e Educação para a Saúde) do Agrupamento de Escolas do Carregado do município de Alenquer é um projeto de escola que abrange as seguintes áreas de intervenção: Saúde Mental e Competências Socioemocionais; Alimentação Saudável; Atividade Física; Higiene Corporal e Saúde Oral; Prevenção para o Consumo de Substân-

comunidade escolar e suas famílias. Este ano a proposta foi a “Árvore dos Sentimentos”.

A família fez uma flor e/ou uma folha em tecido, lã, linha... e decoradas com criatividade, abordando o tema “Sentimentos”.

Surgiram flores e folhas de todas as cores e feitios e construímos a nossa “Árvore dos Sentimentos”.

Com esta atividade e muitas outras realizadas ao longo do ano letivo, abrangendo todos os temas do PES e em colaboração com outros projetos do Agrupamento, como por exemplo, o Projeto Eco-Escolas, o Clube da Solidariedade, o Clube de Dança, o Clube das Artes, o Projeto Multicultural e as parcerias externas com quem estabelecemos uma ótima colaboração, como a Câmara Municipal de Alenquer, a Cruz Vermelha, a UCC de Alenquer, o Centro Paroquial do Carregado, o Hospital de Vila Franca de Xira, a Associação Abraço, a Liga Portuguesa Contra o Cancro, a Operação Nariz Vermelho... entre outras, conseguimos construir uma escola onde pretende-

solidariedade,
respeito pelo
outro, ajuda,
amizade e
partilha

mos incluir todos de um modo positivo e acolhedor. Com tudo o que temos efetuado neste sentido, apresentámos a candidatura ao “Selo Escola Intercultural”, tendo sido atribuído recentemente e entregue em cerimónia oficial a 11/01/2017. ■

PRINCÍPIO 1

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece (...)

cias Psicoativas; Ambiente e Saúde e Educação para os Afetos. Estas áreas de intervenção são abordadas sempre numa perspetiva de solidariedade, respeito pelo outro, ajuda, amizade e partilha. Entre muitas atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo, lançamos sempre um desafio para uma atividade a efetuar por toda a

Com esta atividade anual que envolve os nossos alunos do Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º ciclo, os professores, os assistentes operacionais e as famílias de todos, pretendemos construir algo que tenha um pouco de cada um. Fazemos questão que o trabalho seja levado para casa e elaborado com a ajuda da família.

ALMADA

O Convento dos Capuchos como residência artística

O Convento dos Capuchos é propriedade do município de Almada desde 1950. A requalificação deste cenóbio garante hoje, uma conciliação entre a sua matriz conventual capucha e as novas funcionalidades impostas num espaço municipal que se quer aberto a todos.

Uma programação regular, garante hoje a diversidade de públicos e de linguagens estéticas no respeito pelo conjunto edificado do convento.



**ÓPERA SOROR
MARIANA
ALCOFORADO**

Residência Artística
para amadores e profissionais das Artes Performativas
fevereiro a junho de 2017

um desafio
fazer parte do elenco de uma ópera

um objetivo
revelar a correspondência de Mariana de Alcoforado, freira do Mosteiro da Conceição de Beja, com o oficial francês conde de Chamilly, nos finais do séc. XVII.

um programa
construir uma ópera, em estreia absoluta, nos espaços do Convento dos Capuchos.

Apresentação
17 e 18 junho
sábado e domingo às 21.30h
Convento dos Capuchos

Contacto:
Dra. Luísa Ribeiro de Sousa
9622 00 000 (ext. 101, 21 20 21 41)
capuchos@cm-almada.pt

www.cm-almada.pt/operasorormarianaalcoforado

A Ópera Soror Mariana de Alcoforado no Convento dos Capuchos como residência artística.

A construção de um espetáculo pluridisciplinar sobre Mariana Alcoforado vai revelar a vida de uma mulher, em clausura, nos finais do séc. XVII mas também, apresentar e fazer cumprir a missão cultural deste espaço.

Estamos conscientes que esta produção pode e deverá ser o reflexo de um programa alicerçado na interação com a comunidade de Almada, e que a cooperação entre criadores “profissionais” e amadores não é apenas o garante de novas discursividades artísticas mas

também um processo de aprendizagem.

A produção desta ação será garantida pelo programa de residência artística e assumirá a interação possível com a comunidade almadense, nomeadamente pela exibição, em permanência, deste processo criativo num novo espaço expositivo - a Galeria da Ópera. Além dos 40 coralistas selecionados em audições a Câmara de Almada convidou as instituições de Ensino com programas nas Áreas Performativas e Artes Visuais para a co-criação da cenografia, a colaboração nas tarefas de direção de cena, na co-criação de figurinos e adereços além do apoio à divulgação.

Endereçou ainda um convite formal às mais de 100 associações locais, com objetivos de caráter cultural.

A construção deste projeto é assegurada pela execução de uma estratégia de residência artística participativo.

Até à presente data, está garantida a participação do AE Francisco Simões com a intervenção do C. Prof. Técnico de Multimédia, do AE Ruy Luis Gomes, com os alunos do C. Prof. Fotografia e da E. Sec. Fernão Mendes Pinto, com os C. Prof. Técnico de Organização Eventos e do AE António Gedeão com o departamento de expressões. ■

PRINCÍPIO 1

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece.

ANADIA

B→AND Serviço de Bicicletas Públicas de Anadia

O Município de Anadia pertence a uma região onde a bicicleta é, há décadas, utilizada, produzida, promovida e valorizada. Empenhado em fortalecer a identidade local, e procurando alavancar a qualidade de vida, a indústria e o desporto relacionados com o setor, o Município de Anadia disponibiliza, gratuitamente, o serviço de bicicletas públicas “b→AND”.

Este serviço visa potenciar a mobilidade e fomentar a utilização generalizada da bicicleta, no intuito de eleger este meio de transporte como o favorito nas deslocções urbanas, reduzindo, progressivamente, a circulação automóvel e fomentando o turismo sustentável. As bicicletas “b→AND”, para além de proporcionarem uma experiência saudável, ecológica e de descoberta, promovem, ainda, a proximidade familiar e social, subjacentes no bem-estar e na atividade física.

O serviço “b→AND”, apresentado em setembro de 2014 e implementado a partir de meados de fevereiro



AZAMBUJA

As Viagens do Zambujinho 10 anos de aventuras pelas freguesias do Município de Azambuja



de 2015, prima pela utilização de um meio que se caracteriza por ser uma opção de transporte rápido, flexível, saudável, e com baixos níveis de ruído. Consiste na disponibilização de bicicletas públicas a partir de uma rede de parqueamentos situados em pontos estratégicos de Anadia (na Praça da Juventude e nas Piscinas Municipais), Curia (na sede da Rota da Bairrada e no Curia Tecnoparque), e Sangalhos (no Centro de Alto Rendimento de Anadia), tendo sido, ainda, criadas mais cinco estações em unidades hoteleiras do concelho.

A informação sobre o serviço “b→AND” está disponível na respetiva página eletrónica, cujo acesso é feito a partir do website do Município de Anadia (www.cm-anadia.pt), à qual está ligada a sua gestão integrada, assente numa plataforma digital. De salientar que o serviço “b→AND” foi finalista do “Green Project Awards 2016”, galardão internacional que distingue entidades nacionais que se destacam pelo contributo para o desenvolvimento sustentável do país. ■



“A comemorar dez anos de existência, no presente ano letivo, o projeto “As Viagens do Zambujinho” contempla, dez rotas, pelas diferentes localidades/freguesias do concelho, nomeadamente:

Freguesia Alcoentre

– Rota dos Vigias;

Freguesia Aveiras Baixo

– Rota Ambiental;

Freguesia Aveiras de Cima

– Rota do Vinho;

Freguesia Azambuja

– Rota da Lezíria e dos Avieiros e Rota Urbana;

União de freguesias Manique do Intendente, Maçussa e Vila Nova de S. Pedro

– Rota Pina Manique; Rota dos Moinhos e Rota da Arqueologia;

Freguesia Vale do Paraíso

– Rota dos 5 Sentidos;

Freguesia Vila Nova da Rainha

– Rota da Indústria;

O Projeto procura fomentar, o contacto com a realidade do concelho e consequentemente com os seus municípios, permitindo a transmissão de experiências vastas e abrangentes, que conduzam à interpretação pessoal e individual das práticas vivenciadas ao longo das visitas. Neste projeto de educação não formal o objetivo permanente é o de aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos nossos *pequenos municípios*.

Este projeto é implementado por equipa multidisciplinar, da Divisão de Desenvolvimento Social do Município de Azambuja, e anualmente abrange os alunos do 1.º CEB do concelho.

PRINCÍPIO 11

Construir uma cidade que promove a sustentabilidade e a saúde (qualidade de vida).



BRAGA

Quem tem Medo?

A Ação “Quem tem medo?” nasce da necessidade de aproximação da cultura da etnia cigana à sociedade/comunidade onde estão inseridos, concretamente na tentativa de evitar o abandono escolar deste grupo social e promover valores e aceitação do outro e da diferença como um dos maiores pilares patrimoniais da humanidade.

Em resposta a esta necessidade foi concebido este projeto com a intenção de dar a conhecer e valorizar a diversidade cultural da etnia cigana, concretamente no concelho de Braga, valorizando a importância da sua dimensão cultural. Assim, o projeto congrega à sua volta diferentes parceiros como o Mosteiro de São Martinho de Tibães, pertencente à Direção Regional de Cultura do Norte e a Escola EB2,3 de Nogueira, pertencente ao Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio.

Este projeto está direcionado para um grupo de alunos, maioritariamente de etnia cigana, com percursos de potencial insucesso e risco de marginalidade, que conta com 22 alunos de etnia cigana, abrangendo o nível de escolaridade que vai desde o 5º ao 7º ano acompanhando-os até ao 9º ano.

Para a prossecução deste projeto foram delineadas algumas atividades que contemplam diversas expressões artísticas com o fim de promover atitudes de respeito mútuo pela diferença. Assim, num contexto museológico, através da educação não-formal, desenvolver-se-ão três oficinas, ao longo de um triénio – 2017 a 2019 –, contemplando a dança, a música e o teatro, elementos absolutamente estruturantes e identitários desta cultura.

Para a sua concretização, as diversas rotas que compõem “As Viagens do Zambujinho”, resultam da cooperação entre entidades públicas e privadas, que assumem um papel preponderante e decisivo na implementação.

O desafio foi, é e será criar de uma forma lúdica, diversos roteiros que englobam todas as freguesias do Concelho (tendo como base a anterior reorganização administrativa das freguesias) e, desta forma, tirar partido das suas potencialidades, ao nível do património edificado, natural, humano e outras áreas de atividades locais. Para isso, no decurso das diferentes rotas/viagens do Zambujinho, realizar-se-ão atividades diversas adequadas às temáticas que permitam aos alunos descobrir e despertar para o Património Concelhio.

Ao longo de dez anos participaram neste projeto cerca de 5500 alunos, 300 professores e 50 parceiros.

Esperamos continuar a proporcionar aos alunos do 1.º CEB do concelho de Azambuja, a valorização do Património de que o concelho de Azambuja

dispõe (social, turístico, económico, ambiental, cultural/humano, geográfico, histórico) e contribuir para a formação de futuros munícipes e cidadãos esclarecidos promovendo o desenvolvimento económico-social e cultural do concelho. ■

enriquecer a
vida dos nossos
pequenos
munícipes

PRINCÍPIO 5

Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de Educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa, ampla com caráter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade.



construção de uma grande maquete sobre “Como sonho o meu bairro”, que estará em exposição no Mosteiro de São Martinho de Tibães, em Braga;

- No decorrer do projecto, propomos ainda que as diferentes etapas, sejam filmadas com vista à **realização de um documentário** que, tendo acompanhado todas as ações, permitirá disseminar este projeto de amplo **carácter de inovação e experimentação social**, sendo ainda e naturalmente um importante testemunho de todo o trabalho realizado;

- Ao longo dos três anos de trabalho tanto as ações propostas como a vida social nos bairros e na escola serão fotografadas por um fotógrafo profissional, com vista à realização de **uma grande exposição de fotografia visitável nas ruas da cidade de Braga**. Esta exposição com um carácter de grande impacto social procurará captar a atenção do grande público pela sua dimensão estética, revelando a enorme riqueza cultural contida na cultura cigana. ■

www.facebook.com/quemtemmedo?
www.facebook.com/mosteirodetibaes

O grupo de alunos a que já nos referimos anteriormente e os seus grupos de influência mais próximos, designadamente as suas famílias e os bairros onde vivem – poderão trabalhar, segundo um espírito crítico, alguns preconceitos sociais. Assim, serão pensados, analisados, refletidos e avaliados conceitos como a xenofobia, o preconceito e o racismo e as perniciosas consequências que daí advêm. Promover-se-á o direito à diferença e o respeito por si próprio e pelo outro, indivíduo ou comunidade.

Este projecto tem como propósito que os jovens alunos, em horário extracur-

ricular, que pertencem a famílias inseridas em três bairros problemáticos da cidade de Braga, não adquiram os conceitos de forma isolada, estanque ou meramente intelectual, mas que através de uma participação ativa, os assimilem e os apreendam com e pela arte.

- Apresentação pública de **três espetáculos (um em cada ano) de expressão dramática** contemplando a música e a dança (expressões artísticas absolutamente identitárias da cultura cigana), contemplando/ captado o máximo de público, designadamente o escolar;

- Um **Laboratório** sobre urbanismo, planeamento e paisagem, com vista à

PRINCÍPIO 2

“A cidade deverá promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo. Uma educação que deverá combater toda a forma de discriminação. Deverá favorecer a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo em condições de igualdade. Deverá acolher tanto as iniciativas inovadoras como as da cultura popular, independentemente da sua origem. Deverá contribuir para a correção das desigualdades que surjam então da promoção cultural, devido a critérios exclusivamente mercantis.”

CHAVES

O Mundo é feito de emoções e de palavras

Sob o mote «*Criar e fortalecer os hábitos de leitura e estimular a imaginação e a criatividade das crianças, desde a primeira infância*», sempre com o objetivo da promoção do livro e da leitura, seguindo a missão proposta no *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas* (1994), que a Biblioteca Municipal de Chaves promoveu no âmbito do Projeto Viver a Escola, atividades destinadas ao público infantil, educadores, e comunidade em geral, com dinamização do reconhecido escritor/mediador da leitura José Fanha. As atividades decorreram de 11 a 13 de janeiro, envolvendo cerca de 250 adultos e 350 crianças do ensino pré-escolar do Concelho.

Para o público infantil, na hora do conto, a história escolhida para dar mote à atividade foi *As orelhas voadoras*. O próprio escritor/orador contribuiu para que a comunicação fluísse naturalmente, recorrendo a lengalengas e

trava-línguas, gerando uma interatividade repleta de afetos entre o mediador, as crianças e os adultos presentes. Decorreu ainda uma oficina de escrita, da leitura à escrita, da comunicação à poesia, destinada a animadores socioculturais, bibliotecários, educadores de infância, encarregados de educação e professores e uma noite literária: o Mundo é feito de emoções e de palavras, para toda a comunidade.

Com estas iniciativas, pretende-se lembrar que a frequência da biblioteca ajuda as pessoas, especialmente as crianças e os jovens, a descobrir o prazer da leitura e a importância do livro enquanto veículo de sabedoria e aprendizagem para a vida, realçando, ainda, o importante papel no seu desenvolvimento intelectual.

“Usar a palavra, brincar com a palavra, aprender a usar o som, entrar pelo ritmo e pela rima, construir o sentido...” ■

estimular a
imaginação e a
criatividade das
crianças

PRINCÍPIO 7

A satisfação das necessidades das crianças e dos jovens, no âmbito das competências do município, pressupõe uma oferta de espaços, equipamentos e serviços adequados ao desenvolvimento social, moral e cultural, a serem partilhados com outras gerações. O município, no processo de tomada de decisões, deverá ter em conta o impacto das mesmas.



CONDEIXA-A-NOVA

Bebeteca

um espaço de leitura e aprendizagem concebido para pais e bebés

A Biblioteca Municipal Eng. Jorge Bento inaugurou, a 08 de Outubro de 2016, o seu mais recente serviço – a Bebeteca – um espaço de leitura e aprendizagem concebido para pais e bebés.

A importância da leitura não é novidade. O estímulo e o interesse pelos livros deve começar desde muito cedo, antes da idade pré-escolar, ainda em bebé. Para tal, cores atraentes, prateleiras repletas com livros coloridos e texturas diferentes, imagens nas paredes, tapetes de borracha e alguns brinquedos, conciliados num mesmo espaço físico, criam o ambiente que os mais pequenos encontrarão agora na Biblioteca Municipal Engº Jorge Bento, de forma a estimular a leitura na primeira infância.

Com a implementação deste serviço especializado, a autarquia pretende criar um espaço de aprendizagem ativa para crianças e bebés dos 0 aos 5 anos de idade, onde, acompanhadas pelos pais e/ou familiares, possam iniciar o seu percurso no mundo dos livros, bem como estimular e desenvolver as suas capacidades cognitivas, motoras, sensoriais, emocionais e sociais.

Assim, a Bebeteca, pretende aliciar os mais novos leitores para a magia dos livros, proporcionando momentos únicos de partilha de aprendizagem e experiências, incutindo -lhes o afeto pelo livro, transformando-os em leitores ativos.



Com a pretensão de se estabelecer como serviço informativo de referência no concelho, serão desenvolvidas sessões de esclarecimento regulares destinadas a pais e a futuros pais, que terão igualmente ao seu dispor um conjunto de livros e revistas que lhes permitirá adquirir informação e competências sobre diversas temáticas e problemáticas inerentes a esta faixa etária.

Assumindo-se como um espaço propiciador de novas experiências para os mais novos e tendo em vista o seu desenvolvimento, na Bebeteca realizar-se-ão actividades dirigidas a este público, no primeiro sábado de cada mês. Acções na área da Música, Yoga, Literatura Infantil, Massagem, Teatro pretendem promover momentos lúdicos, didácticos e afectivos entre as crianças e os seus familiares. ■

PRINCÍPIO 10

O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, prestando uma atenção especial à infância e à juventude.



ESPOSENDE

Município de Esposende promove o Programa de Apoio à Integração na Vida Ativa

Ao abrigo de um Protocolo de Cooperação estabelecido com a Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende (ACICE), o Município de Esposende promove o Programa de Apoio à Integração na Vida Ativa, com vista à integração de jovens do concelho no mercado de trabalho.

O Programa visa apoiar jovens licenciados ou com o ensino secundário concluído, residentes no concelho de Esposende e com limite de idade até 30 anos, a ingressarem na vida ativa. Neste sentido, através da colaboração da ACICE e do tecido económico local, pretende-se proporcionar aos jovens períodos de formação em contexto real de trabalho, de modo a que possam adquirir competências técnicas e socioprofissionais necessárias à sua futura integração profissional. Estabelecer elos de ligação entre estes jovens e o mercado de trabalho, através da mediação com o tecido empresarial local, e incutir nos jovens a adoção de atitudes facilitadoras de sucesso e diferenciadoras que contribuam para a sua empregabilidade, são igualmente objetivos do Programa.

Nos termos do Protocolo de Cooperação, o Município comparticipa financeiramente o estágio, que tem a duração máxima de três meses, e a realização de uma ação de formação, de curta duração, para o desenvolvimento de competências chave associadas a uma atitude coach, antes do período do estágio. Os estágios



decorrem sob a supervisão de um tutor técnico interno (profissional experiente da entidade enquadradora do estágio) e será acompanhado por um técnico externo, com vista a uma boa integração do estagiário e monitorização/avaliação do período de estágio.

Atendendo às dificuldades inerentes à inserção dos jovens na vida ativa, o Município pretende com esta medida favorecer a empregabilidade dos jovens, através da aquisição de competências profissionais e pessoais, e

da mobilização do tecido económico, contribuindo para a promoção do desenvolvimento social local. ■

PRINCÍPIO 15

«... as cidades deverão definir estratégias de formação que tenham em conta a procura social e colaborar com as organizações sindicais e empresas na criação de postos de trabalho e de atividades formativas de carácter formal e não formal, sempre ao longo da vida.»

ÉVORA

“Do Lado de Cá” A Autarquia das portas para dentro

A aprendizagem concreta promove que as portas se abram e que, por essa via, se dê a conhecer o que se passa do lado de cá. O que é uma Câmara Municipal? Qual a sua missão? Quem lá trabalha? Para que serve? Que serviços assegura à comunidade? Estas e outras perguntas podem e devem ser trabalhadas pela autarquia, na multiplicidade dos seus serviços, para que as respostas sejam construídas em conjunto com os alunos, para que dessa forma, prática, feita de experiências que se vivem, estes possam efetivamente aprender, para que se possam apropriar desse conhecimen-

to e que o possam cimentar, levando a que mais tarde, ao longo do seu desenvolvimento integral, possam também estar despertos para um aprofundar de conhecimentos, de relações sociais, de vivência em comunidade, de participação cívica ativa, consequente e responsável. A ação educativa “Do Lado de Cá”, pretende funcionar como uma oportunidade de permitir aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico, das escolas públicas e privadas, uma concreta aprendizagem sobre a instituição Câmara Municipal de Évora, pelo conhecimento, experimentação e reconhecimento dos serviços prestados à comunidade local. Pretende-se assim que os alunos realizem circuito ou circuitos dentro da autarquia, não sem antes ter realizado um enquadramento sobre a sua missão, serviços prestados e papel na comunidade, que permitam não só o cimentar da informação adquirida previamente, como a obser-

vação in loco e, sempre que possível, a experimentação ou realização ou acompanhamento de tarefas técnicas, administrativas ou operacionais. O principal objetivo é levar os alunos a aprender fazendo, permitindo dessa forma a aquisição de conhecimento sobre o que se faz, como se faz, quem faz, a quem serve, qual a importância da existência dessa tarefa ou serviço. Dessa forma, os alunos conhecem melhor a instituição Câmara Municipal e a autarquia promove a formação dos cidadãos com vista a prepará-los para uma cidadania informada, ativa e responsável, o que, com toda a certeza, marcará muito positivamente a sua relação com a autarquia no curto, médio e longo prazo. ■



PRINCÍPIO 19

O município deverá garantir uma informação suficiente e compreensível e encorajar os seus habitantes a informarem-se. Atenta ao valor que significa selecionar, compreender e tratar a grande quantidade de informação atualmente disponível, a cidade educadora deverá oferecer os recursos que estarão ao alcance de todos. O município deverá identificar os grupos que necessitam de uma ajuda personalizada e colocar à sua disposição pontos de informação, orientação e acompanhamento especializados.

Ao mesmo tempo, deverá prever programas formativos nas tecnologias de informação e comunicações dirigidos a todas as idades e grupos sociais a fim de combater as novas formas de exclusão.



FUNCHAL

Assembleia Municipal Jovem

“Crescer e participar no desenvolvimento do Funchal”

O **Projeto Assembleia Municipal Jovem** pretende incentivar a participação democrática dos jovens, garantindo a oportunidade de exprimirem opiniões sobre diversas temáticas de interesse municipal.

Desde o início do projeto (2014/15), procurou-se aproximar e consolidar o conhecimento dos alunos sobre os órgãos do poder local, estimulando o seu pensamento crítico através da apresentação de propostas de interesse para o município e decorrentes da sua vivência da cidade.

Este projeto concretiza-se em três momentos chave:

1. Realização de **visita de estudo** aos Paços do Concelho (enquadramento da Constituição Portuguesa e funcionamento dos órgãos de poder deliberativo e executivo), seguida de dinâmica lúdico -pedagógica (jogo de cultura geral relativamente às instituições e personalidades políticas);
2. Simulação de uma **Assembleia Municipal**, cujas bancadas serão compostas por alunos de 3º ceb, contando com a participação do Presidente da Assembleia e do Executivo Municipal. Cada líder de bancada defenderá a sua proposta, através da apresentação de um projeto que julgue interessante, e discutirá as propostas das restantes bancadas. Posteriormente, haverá um momento de

comentário por parte do Executivo, validando para votação as propostas enquadradas nas competências municipais e que cumprem os requisitos de viabilidade técnico-financeira para a sua implementação (orçamento total no valor de 10.000€). A votação para seleção da proposta vencedora é feita pelas bancadas escolares.



3. **Execução da proposta vencedora** pelo Município, mediante o acompanhamento da bancada vencedora em articulação com o executivo municipal.

Em 2015/16, primeiro ano em que este projeto contou com um orçamento real, a proposta vencedora “Ler é Terapia” (Externato da Apresentação de Maria) visou a requalificação de uma gaiola aviária existente no Parque de Santa Catarina em posto de leitura e bookcrossing.■

incentivar a participação democrática dos jovens, garantindo a oportunidade de exprimirem opiniões sobre diversas temáticas de interesse municipal

PRINCÍPIO 9

A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspetiva crítica e corresponsável



FUNDÃO

Academia de Código_Júnior

A Academia de Código_Júnior surgiu com o intuito de incluir o ensino de programação no currículo nacional no 1.º e 2.º Ciclo de Ensino Básico, já que aprender a programar desenvolve o raciocínio lógico, a capacidade de resolução de problemas e a criatividade, *skills* imprescindíveis para melhorar o desempenho em disciplinas base como a matemática e as ciências, mas também elas *skills* necessárias para as atividades do dia-a-dia.

Aprender a programar permite ainda preparar os jovens para um futuro em que as suas competências se encaixem nas necessidades do mercado de trabalho.

Num projecto-piloto baseado em aulas leccionadas pelos seus próprios professores, a Academia de Código_Júnior preparou um currículo de programação adequado às escolas e ao programa curricular dos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico.

Actualmente esse currículo é leccionado através da plataforma Blanc., desenvolvida com o intuito de introduzir a programação em cada vez mais escolas.

A Blanc. é, assim, uma plataforma de ensino-aprendizagem de Ciências da Computação, que permite que cada professor(a) ensine, aprendendo simultaneamente os conceitos de programação.

No Fundão, o projeto da Academia de Código_Júnior foi implementado, pela primeira vez, no 3.º período do ano letivo de 2015/2016, numa experiência piloto de duas turmas, acompanhadas por um professor da Academia de Código_Júnior.

No presente ano lectivo de 2016/2017, o projeto está a ser implementado em 21 escolas, 45 turmas e mais de 700 alunos.

Com a introdução da Blanc, foi possível envolver outros atores da comunidade e o projeto é levado a cabo pelos técnicos da Câmara Municipal do Fundão que, após uma formação inicial, leccionam as aulas de Introdução à Programação a todos os anos de escolaridade do 1.º Ciclo de Ensino Básico, acompanhados pelos professores responsáveis por cada turma. ■

PRINCÍPIO 18

Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade.

GONDOMAR

Corta Mato Concelho de Gondomar

A Câmara Municipal de Gondomar, em parceria com os Agrupamentos de Escolas, têm apostado no desenvolvimento/crescimento do Desporto Escolar no concelho, criando condições para o desenvolvimento das diversas modalidades, através da cedência das instalações desportivas e da organização de eventos, com o objetivo de promover estilos de vida saudáveis que contribuam para a formação equilibrada dos alunos e o respeito pelas normas do espírito desportivo. Assim, no passado dia 15 de dezembro, decorreu a III edição do Corta-Mato Escolar Concelho, no espaço exterior do Pavilhão Multiusos de Gondomar.

promover estilos
de vida saudáveis
que contribuam
para a formação
equilibrada

Estiveram envolvidos nove Agrupamentos de Escolas e uma Escola Não Agrupada, num total de 700 alunos e 50 professores, num momento de competição entre os grupos/equipas do Desporto Escolar do Concelho de Gondomar.

Com esta iniciativa a autarquia pretende criar momentos de competição entre os grupos/equipas do Desporto Escolar do Concelho de Gondomar, contribuindo para o combate ao insucesso e abandono escolar, promover estilos de vida saudáveis que contribuam





para a formação equilibrada dos alunos e o respeito pelas normas do espírito desportivo como consciencialização à responsabilidade;

A primeira edição do Corta Mato Escolar Concelhio, realizou-se no ano letivo 2014/2015 e contou com a participação de 500 alunos. A segunda edição, realizada no ano letivo 2015/2016, contou com a participação de 600 alunos. A terceira edição deste evento, contou com a participação de nove Agrupamentos de Escolas e uma Escola Não Agrupada, num total de 700 alunos e 50 professores.

Ao longo dos anos, tem-se verificado um aumento do número de participantes, nomeadamente de alunos com necessidades educativas especiais, bem como, um feedback positivo dos estabelecimentos de educação envolvidos. De salientar a envolvimento na organização dos alunos dos cursos vocacionais de alguns agrupamentos. ■

PRINCÍPIO 11

"Deverá promover ativamente a educação para a saúde e a participação de todos os seus habitantes nas boas práticas de desenvolvimento sustentável."

GUARDA CRESCER EM SEGURANÇA

As atividades de ensino e aprendizagem surgem como uma tentativa de desenvolver o espírito crítico das crianças, ao refletirem sobre diversas situações propostas consideradas críticas tanto em questões de tráfego como naquelas que dizem respeito a comportamentos viários, dos elementos integrantes duma sociedade.

O desencadear da análise e da reflexão perante situações corretas e incorretas, colocando a criança em situação de decisor tentando assim otimizar meios, modificar comportamentos aportando soluções para os problemas encontrados.

O Projeto "Crescer em Segurança" pretende, de determinada forma, o desenvolvimento de ações conjuntas que poderão criar, nas faixas etárias envolvidas, uma atitude cada vez mais cívica e responsável através de um ensino teórico e prático das regras mais básicas de segurança rodoviária.

Atendendo ao facto de que somos, como Autarquia, um elemento indissociável das dinâmicas inerentes aos agentes educativos, coresponsabilizando-nos na transmissão de valores sociais e socioeducativos, devemos encabeçar a lista de iniciativas locais para a segurança rodoviária.





LAGOA, AÇORES

A promoção da arte bonecreira no concelho de Lagoa

A arte bonecreira é, sem dúvida, umas das tradições mais referenciadas e identitárias do concelho de Lagoa, Açores. Sendo uma forma de angariação de fundos para o sustento familiar ou uma forma de ocupação de tempos livres, o fabrico de bonecos de presépio faz parte de uma cultura viva e essencial para a sociedade retratando os seus costumes e tradições e espelhando as memórias do passado.

Tal como em anos anteriores, o Município de Lagoa organizou na época natalícia uma exposição dedicada aos presépios. Com esta iniciativa intitulada “Mestre Luís Gouveia e os seus discípulos – bonecreiros da Lagoa”, que esteve patente no Convento dos Franciscanos, pretendeu-se homenagear os bonecreiros do concelho, deste e de outros tempos, e destacar os seus trabalhos traçados por algumas singularidades.

Trata-se de um projeto ambicioso destinado aos alunos das escolas básicas podendo ser extensível a alunos do 2º Ciclo em iniciativas pontuais e programadas para o efeito. Pretendemos através de atividades maioritaria-

mente práticas, prevenir e promover a segurança rodoviária reforçando o trabalho já realizado pelos docentes das escolas e pelas famílias.

O projeto está composto por uma componente teórica que decorre nas instalações das escolas integradas no projeto e uma componente prática a desenvolver através de ações conjuntas com outras entidades ou empresas em espaços preparados para o efeito. Bastante dinâmico e diversificado recorre à utilização de materiais próprios personalizados para cada uma das atividades, proporcionando aos alunos o seu manuseamento e a adaptação a situações novas. Engloba a realização de fichas temáticas e de avaliação, entregues aos responsáveis pedagógicos de cada uma das turmas envolvidas permitindo monitorizar todas as etapas do projeto.

Integram-se no projeto aproximadamente 900 alunos das escolas do 1º Ciclo do Concelho da Guarda..■

prevenir e
promover a
segurança
rodoviária
reforçando
o trabalho já
realizado pelos
docentes das
escolas e pelas
famílias

educação ao
longo da vida é
um veículo de
conhecimento,
de promoção
da cultura e
da valorização
pessoal.

No âmbito desta exposição foi desenvolvido um programa educativo e formativo contemplando visitas orientadas às diferentes faixas etárias e uma oficina de pintura de bonecos de presépio direcionada às famílias. Esta ação, inserida igualmente no projeto mensal desenvolvido pela Biblioteca

PRINCÍPIOS 4

As políticas municipais de carácter educativo devem ser sempre entendidas no seu contexto mais amplo inspirado nos princípios de justiça social, de civismo democrático, da qualidade de vida e da promoção dos seus habitantes



Municipal Tomaz Borba Vieira para este público denominado “Sábado em família”, foi ministrada por João Arruda, o mais recente bonecreiro da Lagoa, tendo como intuito incentivar a participação de pais e filhos, avós e netos, tios e sobrinhos numa atividade que intencionou manter viva a tradição bonecreira passando-lhe às gerações futuras e permitindo o contacto direto entre público e bonecreiro.

O Município de Lagoa tem investido nos últimos anos numa política de educação através do desenvolvimento de diversas iniciativas culturais e educativas orientadas para os públicos diferenciados, acreditando e defendendo que a educação ao longo da vida é um veículo de conhecimento, de promoção da cultura e da valorização pessoal. ■

PRINCÍPIO 1

A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência. O ordenamento do espaço físico urbano deve estar atento às necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer e duma maior aproximação à natureza.



LISBOA

SOMOS

Programa Municipal de Educação para a Cidadania Democrática e Direitos Humanos

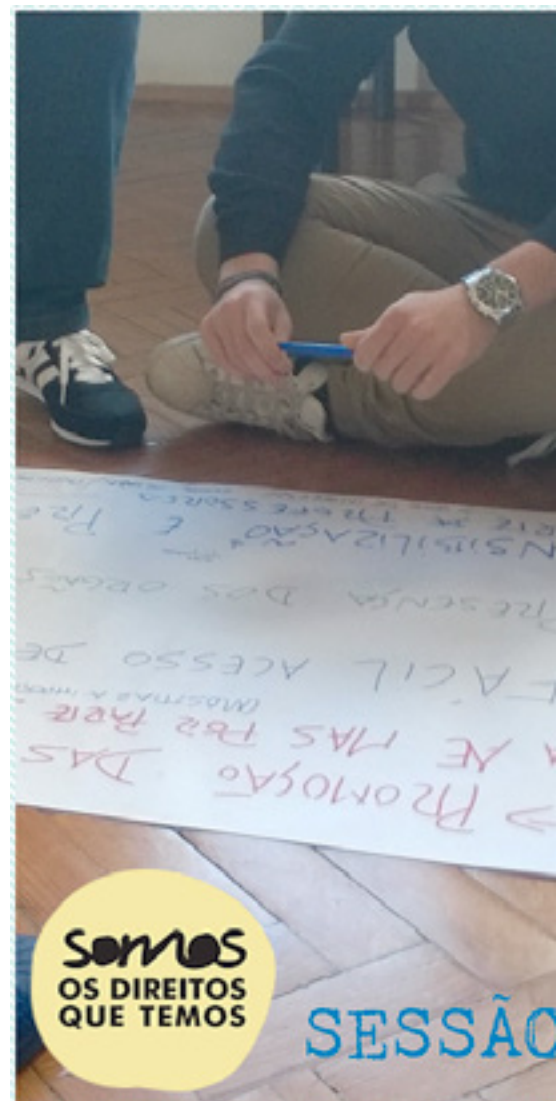
Lisboa está empenhada em promover o acesso efetivo aos direitos sociais, num esforço continuado de eliminação das causas de situações de exclusão e discriminação. Neste sentido, o Município tem apostado, em cooperação com os seus parceiros, num conjunto de políticas sociais, que visam transformar Lisboa numa cidade para as pessoas, aberta e solidária. Tendo como prioridade melhorar as condições de vida da população, em particular da mais desfavorecida, atuando numa ótica de prevenção e minimização dos fenómenos da pobreza e exclusão social, privilegiando a coesão social na cidade. A Declaração da ONU sobre a Educação e Formação para os Direitos Humanos (2011) reconhece que “Todas as pessoas têm o direito de conhecer, procurar e receber informações sobre todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais e devem ter acesso à educação e formação para os Direitos Humanos”.

O Eurobarómetro sobre “Discriminação na União Europeia em 2012” refere que apenas 28% dos/das portugueses/as conhecem os seus direitos neste domínio e 59% da população assume não conhecer os seus direitos. Este fenómeno poderá dever-se à falta de respostas de educação para os Direitos Humanos na sociedade portuguesa em geral e, em particular, no sistema formal de ensino enquanto parte integrante dos diferentes programas curriculares.

Em Portugal a educação para os Direitos Humanos e a educação para a Ci-

dadania Democrática têm vindo a ser tratadas apenas como um direito moral. No entanto, é também um direito legal, protegido por lei internacional, em particular, pelo Art.º 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1. Todas as pessoas têm direito à educação. (...) 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos étnicos ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

O acesso à educação para os direitos humanos e à educação para a ci-





nia democrática é um direito humano e, como tal, deve ser garantido pelo Estado. A Carta do Conselho da Europa para a Educação para a Cidadania Democrática e Direitos Humanos reforça esta ideia, apontando que “a educação é cada vez mais considerada um meio de combater o aumento da violência, do racismo, do extremismo, da xenofobia, da discriminação e da intolerância.”

No que concerne à abordagem metodológica, a Educação não-Formal tem vindo a ser apontada como “poten-

cialmente mais favorável para educar para os Direitos Humanos”, conforme referido no Manual para a Educação para os Direitos Humanos com jovens – COMPASS, pelo que se entende o desenvolvimento da educação não-formal como prioritária, num contributo para o reconhecimento do seu valor a nível político, social, individual e formal, nomeadamente nos setores da política abrangidos pelos Direitos Sociais, Direitos Humanos, Cidadania e Participação.

Apostada em responder às necessidades elencadas, a Câmara Municipal de Lisboa promove o SOMOS – Programa Municipal de Educação para a Cidadania Democrática e Direitos Humanos, através da educação não – Formal, visando o desenvolvimento de uma cultura universal de direitos humanos e de cidadania democrática em Lisboa, através da formação e sensibilização de cidadãos e organizações da cidade.

O Programa SOMOS assume-se assim, como a medida estratégica, com uma componente inovadora, que procura a aproximação às práticas de transformação social propostas por instituições intergovernamentais, como o Conselho da Europa.

Mais informações e solicitação de ações em: www.programasomos.pt ■

PRINCÍPIO 20

A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objectivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços.



LOULÉ

“O Cantinho da Amizade”

“O Cantinho da Amizade” foi inaugurado a 21 de outubro de 2012, sob o lema: “De todos para todos com a comunidade e para a comunidade”.

Neste espaço ocupa-se tempos livres com atividades que visam embelezar e valorizar a cidade de Quarteira, com ponto de encontro diário, das 15h às 18h. Os trabalhos que aqui se desenvolvem são essencialmente com base nas artes tradicionais: empreita, costura, pinturas, trabalhos em papel, flores, croché. O objetivo principal deste espaço é manter as pessoas ativas, participativas e assertivas, incentivando-as à intergeracionalidade, à liberdade de expressão e à diversidade cultural. Para além de várias experiências no âmbito do projeto Dar Cor à Cidade, com a decoração das ruas principais da cidade de Quarteira com croché, os elementos do “Cantinho da Amizade” desenvolveram desde setembro a dezembro de 2016 uma exposição de miniaturas cujo tema é: “Recordar Quarteira em croché” que foi integrada no programa “Nós ao espelho...” dedicado ao Centenário da Freguesia de Quarteira. Esta exposição conta com 18 reproduções em miniatura de espaços, edifícios, atividades económicas, atividades quotidianas e pessoas que fizeram parte da história da freguesia de Quarteira, que comemorou no ano de 2016 o primeiro centenário. A exposição esteve patente na Galeria de Arte da Praça do Mar em Quarteira e vai agora seguir um itinerário por outros espaços do município: Escolas, Associações e IPSS's, Hotéis.



LOURES

Exposição Cavalo Alazão, muitos o querem poucos o dão...



Promovendo o reencontro das gentes de Quarteira com o seu passado recente, praticamente desaparecido e engolido por lógicas subjacentes ao desenvolvimento do Turismo e da construção nas décadas de setenta a noventa do século passado, estes trabalhos permitem que, de forma afetiva, se conte às gerações mais novas como se vivia em Quarteira para que os mais jovens também se sintam parte desse tempo dos seus pais e avós e encontrem um processo identitário que lhes garanta raízes e contextos de pertença. ■

A Câmara Municipal de Loures e a Cooperativa de Reabilitação, Educação e Animação para a Comunidade Integrada do Concelho de Loures – CREACIL realizaram, em parceria, a exposição fotográfica intitulada: *Cavalo Alazão, muitos o querem poucos o dão...* patente, de 12 de maio a 24 de junho de 2016, no Centro de Recursos e Apoio Pedagógico (CRAP) do Departamento da Educação, situado na Casa do Adro.

Esta Exposição é o resultado de um projeto de equitação terapêutica concebido pela CREACIL, apoiado pelo Instituto Nacional de Reabilitação e desenvolvido em colaboração com o Centro Hípico do Pinheiro de Loures que permitiu o acesso gratuito, de setembro a dezembro de 2015, à Hipoterapia dos jovens adultos que frequentam aquela instituição. Os objetivos fundamentais do projeto foram promover a reabilitação de

PRINCÍPIO 2

A cidade educadora deverá encorajar o diálogo entre gerações, não somente enquanto fórmula de coexistência pacífica, mas como procura de projetos comuns e partilhados entre grupos de pessoas de idades diferentes. Estes projetos, deverão ser orientados para a realização de iniciativas e ações cívicas, cujo valor consistirá precisamente no carácter intergeracional e na exploração das respetivas capacidades e valores próprios de cada idade.



MATOSINHOS

“Matosinhos Inclusivo”: Construção e implementação de políticas educativas inclusivas

peçoas com deficiência intelectual e multideficiência, através da prática de equitação terapêutica, em ambiente natural; dotar os beneficiários do projeto da consciência das suas potencialidades e contribuir para uma vida mais saudável, feliz e socialmente integrada.

O Município de Loures assume um papel dinamizador na partilha de boas práticas resultantes deste projeto, cujas atividades se centraram no desenvolvimento de aulas de equitação adaptadas e participação em atividades inerentes ao funcionamento diário de um picadeiro, tais como: a alimentação, a higiene e a condição física dos cavalos.

Em termos práticos esta exposição fotográfica confirmou melhorias ao nível do equilíbrio, da postura, do controle motor, da mobilidade e das atividades funcionais; permitiu aferir o interesse e desempenho dos participantes nas atividades, com vista à sua futura inserção socioprofissional e atestou o aumento das interações familiares, através da partilha de atividades e emoções.

Os resultados obtidos servirão para planear e estruturar futuras atividades terapêuticas e socialmente integradoras tendo como objetivo a promoção da qualidade de vida e salvaguarda dos direitos de cidadania e igualdade de oportunidades dos cidadãos com deficiência intelectual. Dar visibilidade a projetos locais, integradores e inclusivos, desenvolvidos numa cidade educadora global como Loures é a missão em que, diariamente, os técnicos deste Município estão empenhados. ■

A Câmara Municipal de Matosinhos, aquando da construção do Projeto Educativo Municipal em conjunto com os parceiros educativos e sociais do município, definiu como área prioritária de intervenção a Educação Especial. Através da construção e implementação de políticas educativas inclusivas e promotoras da igualdade de oportunidades no concelho, Matosinhos apresenta-se como cidade educadora, assumindo, com intencionalidade e responsabilidade, a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes. Em 2016 a autarquia submeteu o projeto “Matosinhos Inclusivo” ao concurso “Educação Especial 2016” promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, partindo de uma avaliação das características da população com Necessidades Educativas Especiais do município e de uma avaliação de necessidades por parte das escolas. A aprovação do projeto permitiu reforçar o compromisso da cidade, procurando envolver todos os agentes educativos, contribuindo de forma significativa para uma cidade educadora mais capacitada, quer ao nível dos contextos, quer ao nível do desenvolvimento pessoal. Através de parcerias com o CFAE Matosinhos, a FPCEUP as quatro Uniãoes de Freguesias do concelho e a Federação Concelhia das Associações de Pais de Matosinhos, a intervenção no âmbito do projeto “Matosinhos Inclusivo” envolve: (a) ações de formação acreditadas pelo CCPFC para docentes, e ações de formação acreditadas DGAE para assistentes operacionais; (b) a realização de grupos

de desenvolvimento parental, com a participação de cerca de dez pais em sessões mensais, em cada uma das 4 Uniãoes de Freguesia; (c) a aquisição de equipamentos informáticos e material didático para as escolas. Com este projeto, a autarquia espera contribuir para uma escola mais promotora da inclusão, da igualdade de oportunidades, do sucesso e da cidadania, cumprindo com os princípios de uma cidade educadora. ■



PRINCÍPIO 1

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece.

PRINCÍPIO 1

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e entretenimento que a cidade oferece. Para que isso seja possível, devem ter-se em conta todas as categorias, cada uma delas com as suas necessidades particulares.

MIRANDA DO CORVO

Música em família

Na âmbito sua política cultural o município tem como um dos seus eixos fundamentais o desenvolvimento da “apetência” cultural em diversos segmentos de público, com um inerente estímulo a uma educação estética e, simultaneamente, cívica. Nesse sentido, é prioritário o desenvolvimento de atividades que promovam as vivências dos equipamentos, tendo como estratégia a criação de laços afetivos do visitante e da comunidade para com o cada espaço.

Uma das ferramentas fundamentais são os Serviços Educativos, que permitem concretizar uma visão programática das artes e da cultura como contributos fundamentais para a coesão e integração social.

Na Casa das Artes de Miranda do Corvo os Serviços Educativos desenvolvem atividades para diversos públicos, procurando estimular vivências artísticas e criativas.

Surgiu assim durante o ano de 2016 o projeto “Música em Família”, vocacio-

nado especificamente para famílias com crianças até aos 6 anos. É uma abordagem extremamente lúdica e essencialmente prática (enfatizando a importância de experimentar fazer música) e demarcada do pendor teórico e mais tradicional que constituem o cerne das abordagens escolares do ensino da música.

“Música em Família” é uma experiência altamente gratificante para todas as famílias que mensalmente nela participam, constituindo um espaço de vivência dos afetos e de diversão envolvendo filhos pais, tendo como pano de fundo uma grande diversidade de sonoridades musicais.

As sessões decorrem ao fim de semana no palco da sala de espetáculos da Casa das Artes e são delineadas de acordo com determinada temática, envolvendo as famílias em atividades que se traduzem em experiências musicais fortes e significativas. ■



PRINCÍPIO 13

O município deverá avaliar o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou de outro tipo e as realidades que as crianças e jovens recebem sem qualquer intermediário. Neste caso, deverá empreender, sem dirigismos ações com uma explicação ou uma interpretação razoáveis. Vigiará a que se estabeleça um equilíbrio entre a necessidade de proteção e a autonomia necessária à descoberta. Oferecerá, igualmente espaços de formação e de debate, incluindo os intercâmbios entre cidades, para que todos os seus habitantes possam assumir plenamente as inovações que aquelas geram.



MOURA

Semana da Comunidade Educativa 2017

Moura, Cidade Educadora

A Câmara Municipal de Moura promoveu, de 23 de janeiro a 1 de fevereiro, mais uma edição da Semana da Comunidade Educativa.

Moura é, desde 2005, uma “Cidade Educadora”, sendo esse o tema da iniciativa da edição deste ano.

Organizada pela Câmara Municipal de Moura, em colaboração com diferentes entidades do concelho, esta iniciativa pretendeu, ao longo destes dias, colocar a comunidade educativa a pensar, discutir e partilhar ideias, projetos e boas práticas a nível da Educação, objetivos que foram conseguidos com a participação de 1260 pessoas (alunos, professores, técnicos, auxiliares, pais e encarregados de educação, entre outros agentes da comunidade educativa), nas mais diferentes atividades promovidas: workshop de língua gestual; apresentação do projeto “O Príncipezinho”; ação de sensibilização “Saúde animal - Um olhar através do ventre”; encontros intergeracionais “Contos e Cantigas”; workshop “Parentalidade Positiva”; sessões “Escavações arqueológicas: A História contada pelas moedas”; ação de sensibilização “Igualdade de género e escola inclusiva”; sessão A Par – Aprender em Parceria; sessão “Sabia que o seu corpo fala?”; Inteligência no Ser Humano – abordagem às inteligências intrapessoal e interpessoal;



ODEMIRA

Odemira implementa projeto inovador no âmbito das novas tecnologias em sala de aula

apresentação da proposta da nova Carta Educativa; sessão Parentalidade/Educação; Um dia na Presidência; visitas à Universidade Sénior de Moura; roteiro turístico.

A Educação é uma das áreas às quais a Câmara Municipal de Moura dá especial atenção. Os jovens são o futuro. É preciso apostar na sua educação e formação, desde o pré-escolar ao secundário. Para isso, o município continua a melhorar as escolas, a apoiar estudantes e suas famílias, a dinamizar iniciativas pedagógicas e lúdicas, a premiar o mérito escolar, a incentivar a prática desportiva, a realizar atividades de promoção da leitura, a envolver a comunidade na educação das crianças e jovens.

A Semana da Comunidade Educativa é mais um passo nessa direção. ■



PRINCÍPIO 20

A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e co-responsável. Para este efeito, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as atividades de formação em valores éticos e cívicos. Deverá estimular, ao mesmo, a participação cidadã no projecto colectivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea.

A sociedade contemporânea está inserida num processo de mudança em que as novas tecnologias são as principais responsáveis e as crianças são as mais afetadas por esta sociedade informatizada. A utilização de tablets, computadores, smartphones e outros similares deixou de ser encarada como ocasional para passar a ser permanente.

Constata-se atualmente a importância e a necessidade de integração das tecnologias nos contextos de sala de aula e mesmo familiar, considerando que estão cada vez mais presentes no quotidiano de todos, nomeadamente das crianças e jovens.

A sua participação na educação deverá ser fomentada pelos docentes, direccionando os conteúdos programáticos para um elemento dinâmico, como o tablet, e apoiada por toda a comunidade escolar bem como garantindo que os acessos e os recursos didáticos disponibilizados possam ser explorados e utilizados em casa em contexto familiar, garantido assim desmitificações e a valorização da utilização das novas tecnologias.

À semelhança do que tem vindo a acontecer a nível nacional e internacional, e observando a gradual evolução e apos-

ta na educação do concelho de Odemira, considera-se que esta realidade de novas tecnologias seria uma boa aposta e um excelente passo na direção de incremento da atratividade da escola.

Foi por todos estes motivos que o Município de Odemira desenvolveu o projeto “Escola Virtual”. Este projeto permitirá aos alunos de 1º ciclo estarem em contacto com as novas tecnologias em ambiente de sala de aula e trabalhar numa perspetiva diferente, podendo fazer as suas pesquisas e descobrir o que o mundo virtual lhes tem para oferecer. Para o efeito foram adquiridos e distribuídos pelos 5 territórios educativos de Odemira 200 tablets para iniciar este projeto-piloto com perspetivas de futuramente poder aumentar o leque de ofertas educativas tecnológicas.

Nos dias 17 e 18 de janeiro, 40 professores de 1º ciclo receberam formação no sentido de conhecerem as potencialidades dos recursos educativos adquiridos por forma a poderem trabalhar da melhor maneira com os seus alunos. ■

PRINCÍPIO 19

Construir uma cidade que garanta a informação com critério e legibilidade garantindo assim a permanente busca pela integração de todos e todas





ODIVELAS

Programa da Atividade Física e Desporto na Escola

A preocupação e responsabilidade pela prática desportiva de crianças e jovens são assumidas pela Câmara Municipal de Odivelas, atribuindo à escola um protagonismo central, sendo muitas vezes uma via de acesso singular à prática desportiva.

Consciente da indiscutível importância da atividade física e do desporto em todo o contexto educativo, o Município de Odivelas criou no ano letivo 2007/2008, o Programa da Atividade Física e Desporto na Escola.

Tendo uma visão educativa do desporto, o Programa procura não modelar a criança a uma prática desportiva, mas sim dotá-la de competências básicas que lhe permitam adaptar-se a variadas situações da prática não só lúdica e desportiva, mas também da sua vida diária. Assim entendido, o desporto deve permitir o desenvolvimento de diversas habilidades motoras (básicas, genéricas, cognitivas e iniciação às específicas), sendo estes os valores e princípios conceptuais, para os quais orientamos o nosso programa.

Este projeto, articula com o programa do Desporto Escolar, com as Atividades Físicas e Desportivas das Atividades de Enriquecimento Curricular do primeiro ciclo do ensino

básico, defendendo e promovendo o envolvimento de todas as escolas na prática de atividades físicas e desportivas regulares, quer num teor de recreação e lazer, quer dentro de um espírito mais competitivo, criando uma dinâmica no seio da comunidade educativa, rentabilizada numa lógica de verticalidade, em que as escolas se envolvam e trabalhem conjuntamente.

O Programa conta com o apoio e parceria de Associações Desportivas e Federações e no ano letivo 2016/2017, decorrem nas escolas os seguintes projetos:

- A minha primeira gincana;
- Jogos tradicionais;
- Saltar à corda;
- Jogo do Mata
- Corridinha da Primavera;
- Salto em comprimento;
- Ténis na escola;
- Escolas de basquete;
- Escolas de voleibol;
- Escolas de Corfebol;
- Sarau Gímico;
- Encontros de desporto para alunos com NEE. ■

PRINCÍPIO 1

O Direito a uma Cidade Educadora





OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Orçamento Participativo Escolas 2017

O Orçamento Participativo Municipal de Oliveira de Azeméis 2017, direcionado às escolas, vai envolver os cinco agrupamentos do município e será “o pontapé de saída para o seu alargamento a outras áreas”.

O projeto foi apresentado a 4 de janeiro de 2017 na escola básica e secundária Ferreira de Castro seguindo-se a sua apresentação nos restantes quatro agrupamentos deste Município.

Terminada a fase de apresentação, o processo inclui a apresentação e a análise técnica de propostas, a votação dos projetos e a divulgação pública dos vencedores, num processo que deverá ficar concluído até 16 de maio, coincidindo com a realização da Assembleia “Políticos de Palmo e Meio” e as comemorações do aniversário da cidade.

O Orçamento Participativo de Oliveira de Azeméis destina-se a incentivar o diálogo e a interação entre alunos, pessoal docente e não docente, pais, encarregados de educação e técnicos municipais na procura das melhores soluções para as necessi-

dades das escolas de acordo com os recursos disponíveis.

O projeto, dotado com uma verba de 25 mil euros, foi anunciado em 2016 durante a realização da Assembleia “Políticos de Palmo e Meio” e tem como alvo todos os alunos do 1º ao 12º ano de escolaridade do concelho apelando à sua participação cívica na identificação de problemas, propostas de solução e definição dos respetivos orçamentos.

Os alunos podem concorrer com propostas nas áreas da educação e formação, ação social escolar, promoção do sucesso escolar, empreendedorismo, inovação, ambiente, sustentabilidade, cultura, património, desporto, lazer, cidadania, solidariedade e tecnologias de informação e comunicação.

A execução dos projetos tem um prazo máximo de 12 meses. ■

PRINCÍPIO 9

A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e corresponsável. Para este efeito, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as actividades de formação em valores éticos e cívicos.

PAÇOS DE FERREIRA

Jogos da Minha Infância



Numa sociedade cada vez mais industrializada, os jogos eletrónicos passaram a ser constantes na vida das crianças, tornando o brincar mais individualizado. A brincadeira pode ser uma forma de comunicação entre as gerações, um instrumento de aprendizagem e de valorização do património lúdico-cultural.

Valorizar a história e a cultura das brincadeiras das gerações anteriores deve ser uma forma de apresentar às crianças de hoje um conhecimento promotor da grande sabedoria dos mais velhos, assim como uma reflexão sobre o papel do idoso e de que forma ele pode contribuir para o desenvolvimento saudável das novas gerações.

«Jogos da Minha Infância» é uma atividade prevista no Plano Municipal da Educação do Município de Paços de Ferreira e realiza-se há vários anos letivos.

Idosos de vários Centros de Dia deslocaram-se a diversas Escolas Básicas do Concelho, mostrando os jogos com que brincavam na sua meninice. Jogos como o do elástico, malha, pião, bolas de pau, caricas, cor-



PALMELA

MERCADO DA CIDADANIA – Município Educador, Território de Convivência



das ou bom barqueiro, foram alguns dos que as crianças tiveram oportunidade de aprender e jogar com os mais velhos, despertando-lhes assim o interesse por atividades que até então muitos desconheciam.

Paços de Ferreira pretende promover o resgate das brincadeiras por meio de uma proposta intergeracional, que possibilite a elaboração de vivências e a exploração de brincadeiras tradicionais, visando a valorização do conhecimento do idoso.

Esta iniciativa tem vindo a ser um sucesso junto dos mais novos e agradavelmente acolhida pela comunidade escolar e por todos os idosos que participaram na atividade. ■

Fortalecendo os princípios da participação, articulação, complementaridade e inovação de um Território Educador, o Município de Palmela, com os Parceiros Locais, organizou a 1ª edição do **MERCADO DA CIDADANIA**, sublinhando Palmela como **Município Educador, Território de Convivência**, segundo os princípios do Projeto Educativo Local (PEL), tema que estrategicamente, e pela primeira vez, surge como mote dos projetos, “Receção à Comunidade Educativa” e “Outubro Maior – Mês das Pessoas Idosas”. Este evento integrou ainda o **2º Fórum do Projecto Educativo Local (PEL) – “Sucesso Educativo: Caminhos a Percorrer”**, em que se partilhou, discutiu e reflectiu os conceitos, políticas e práticas das escolas em torno do sucesso educativo.

São objectivos do **MERCADO DA CIDADANIA**, contribuir para o reforço da informação e das oportunidades de participação dos cidadãos e organizações; contribuir para o reforço da visão comum do Território enquanto

espaço educador; mobilizar e valorizar o papel fundamental dos parceiros no desenvolvimento integrado e sustentável do Território.

Assim, durante três dias, o Município e cerca de 30 entidades locais, partilharam projetos e práticas socioeducativas com intervenção local, trocaram ideias, experiências, saberes, talentos, vendas e momentos de animação que aconteceram nos seus diferentes espaços: “**TROCAS E VENDAS**”, “**VIVÊNCIAS E ARTES**”, “**CONHECIMENTO E DEBATE**” e “**AO LARGO DO MERCADO**”.

O desafio assumido é o de Pensar, Partilhar e Viver o Território de uma forma mais articulada, reforçando-o como espaço educativo, na medida em que este é o local privilegiado de vivências, de aprendizagens contínuas, de relação entre gerações, de memória e mudança de formas de estar e intervir.

A valorização da acção colectiva, pressuposto desta iniciativa, está na base da aposta do Município na participação para a identificação de

PRINCÍPIO 1

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspectos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares



brincadeiras tradicionais, visando a valorização do conhecimento do idoso

PRINCÍPIO 3

A cidade educadora deverá encorajar o diálogo entre gerações, não somente enquanto fórmula de coexistência pacífica, mas como procura de projetos comuns e partilhados entre grupos de pessoas de idades diferentes. Estes projetos, deverão ser orientados para a realização de iniciativas e ações cívicas, cujo valor consistirá precisamente no carácter intergeracional e na exploração das respetivas capacidades e valores próprios de cada idade.

problemas, necessidades, potencialidades e boas práticas, no sentido da construção de soluções mais próximas das pessoas. Palmela é a mais antiga experiência portuguesa de Orçamento Participativo (hoje Eu Participo!) com reconhecida vontade e cultura de parceria, o que constitui um motivo de orgulho.

Integrado no Projeto Educativo de Palmela, o Mercado da Cidadania, previsto acontecer bianualmente, reforça a importância dos princípios da Participação, Articulação, Complementaridade e Inovação na qualificação do território, apelando a fazer uso do que a comunidade tem para oferecer, a partir do capital do conjunto das pessoas e lugares, numa gestão integrada dos recursos.

Cidadãos, Famílias, Associações, Autarquias, Escolas, IPSS, Empresas e outras organizações, todos têm um papel determinante na construção e no desenvolvimento sustentável do concelho. É com esta mobilização e articulação de vontades, projetos e recursos que se afirmam os direitos de Cidadania e as suas novas possibilidades, permitindo fazer diferente, num Município que se quer mais feliz, atento às necessidades e interesses dos cidadãos. ■



PAREDES

Casa da Juventude de Paredes

A Casa da Juventude de Paredes é um projeto do Município que está a ser implementado através de um conceito diferenciador, dinâmico, agregador e transversal a todos os jovens do concelho.

Este projeto fala a mesma linguagem dos jovens, vai ao encontro das expectativas e dos seus anseios e fundamentalmente pretende estar ao lado da Juventude do Concelho de Paredes.

Este conceito materializa-se em 3 polos distintos que em conjunto compõem o projeto da Casa da Juventude, são eles: **Polo da Criatividade**, **Polo de Empreendedorismo** e os **Polos Temáticos e Descentralizados**.

O Polo de Empreendedorismo foi pensado para trabalhar o empreendedorismo e o emprego jovem, contribuindo positivamente para o aparecimento de oportunidades na vida dos jovens de Paredes. Assim, todas as iniciativas da Casa da Juventude ligadas ao emprego e à capacitação dos jovens passam por este polo que detém duas tipologias de programas: a Young Business School e o Centro de Geração e Incubação de Negócios e Empresas para Jovens. A Young

Business School ramifica-se em várias atividades como o Curso de Verão, o Ídolo no Polo ou a Empresa no Polo e no fundo é um programa que pretende promover o empreendedorismo e ensinar aos jovens alguns conceitos básicos de gestão de empresas. Já o Centro de Geração e Incubação de Negócios e Empresas para jovens dá oportunidades aos jovens de criarem o seu próprio negócio através do Centro de Geração de ideias de Negócio ou, de exercerem a sua atividade profissional através do Coworking para Profissionais Liberais.

Face às dimensões do Concelho de Paredes e tendo em conta que Paredes é o 10º Concelho mais jovem do país e tem mais de 25 mil jovens entre os 14 e os 35 anos torna-se fundamental criar proximidade a todos estes jovens. Deste modo, a Casa da Juventude é um projeto de e para todos os jovens de Paredes. ■

PRINCÍPIO 10

O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, prestando uma atenção especial à infância e à juventude.





PENALVA DO CASTELO

Turismo com sentido(s)

A Câmara Municipal de Penalva do Castelo, no âmbito da comemoração do Dia Internacional das Cidades Educadoras promoveu, pela primeira vez, uma visita guiada a um grupo da ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, tendo sido a primeira experiência turística, no concelho, direcionada a pessoas com deficiência visual.

Deste modo, o Município deu os primeiros passos a caminho do turismo inclusivo, em que a igualdade de oportunidades se tornou uma realidade, para que qualquer cidadão possa ter acesso à informação, criar as suas próprias experiências e desfrutar das gentes e da identidade de Penalva do Castelo.

Esta atividade teve como objetivos principais: compreender as necessidades dos turistas com limitações visuais e os requisitos, de apoio, especí-

ficos da oferta turística (orientação, mobilidade, comunicação, utilização de equipamentos) e sobretudo proporcionar experiências e oportunidades educativas que estimulam os sentidos.

Na visita ao Hotel de Charme Casa da Ínsua, os participantes tiveram a oportunidade de fazer queijo Serra da Estrela – um dos produtos endógenos do concelho, conhecer a história da família dos Albuquerque e explorar sensorialmente os belíssimos jardins do Solar, repletos de espécies exóticas, algumas centenárias, com particularidades de estilo inglês e francês.

A visita terminou com a degustação da aromática Maçã Bravo de Esmolfe e o delicioso pastel de feijão “Castendo”, produtos característicos do concelho.

Esta iniciativa surgiu da necessidade

de promover uma plena integração dos turistas e própria população, numa ótica de aprendizagem ao longo da vida, funcional e psicológica, obtendo integral satisfação tanto a nível individual, como social, de modo a desenvolver a autoestima, autoconceito e proporcionar igualdade de condições e de dignidade através de produtos, serviços e ambientes a quem nos visita. Esta preocupação demonstrada pelo Município em termos de mobilidade, visão, audição e dimensões cognitivas de acesso às potencialidades turísticas vem acrescentar um valor turístico inquestionável no âmbito do turismo rural, cada vez mais acessível e sem barreiras.

O Município consciente que estes passos rumam à igualdade, irá continuar a apostar e a promover outros projetos “com sentido(s)” com vista à adaptação de espaços públicos, recursos e serviços de interesse turístico a pessoas com necessidades especiais, temporárias ou permanentes, de modo a garantir um acolhimento inclusivo a Todos. ■

PRINCÍPIO 1

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece.





SANTA MARIA DA FEIRA

HIPPO - Hábitos Inteligentes Para a Prevenção da Obesidade

Este projeto de carácter pedagógico foi criado por uma equipa de alunas e professores do Agrupamento de Escolas de Argoncilhe, Santa Maria da Feira, sendo o município e a *Walking Clinic's* parceiros na sua implementação. A palavra HIPPO é formada a partir da primeira letra de Hábitos Inteligentes Para a Prevenção da Obesidade e é o início do nome, de um animal pesado: o hipopótamo, que é o símbolo do projeto. No âmbito desse projeto foi criada a Etiqueta Calórica HIPPO, a qual indica, através de Hipopótamos, a quantidade de KCAL por 100g ou 100ml do produto. Da etiqueta consta, ainda, o número de minutos necessários para gastar as kcal ingeridas, em 3 atividades físicas diferentes. Foi criada ainda a tabela calórica, que estabelece a relação entre a quantidade de kcal ingeridas e o número de minutos necessários para as gastar, em várias outras atividades físicas apreciadas pelas crianças. Todos os materiais estão reunidos num caderno de atividades lúdico-pedagógicas denominado HIPPO-FÓLIO. Este dossiê é composto por: informação para adultos e crianças, explicação da etiqueta calórica e da tabela calórica, informação de alguns alimentos não embalados, registo da informação nutricional dos lanches e atividades lúdico-pedagógicas, sugestões de lanches, etiquetas e imagens autocolantes. O projeto contempla ainda uma ação de formação para docentes com o objetivo de os capacitar para a análise crítica dos rótulos alimentares, não só no que diz respeito ao valor calórico, mas também no que se refere à quantidade de sal e de açúcar presente na

RIO MAIOR

Animais de Companhia

A sensibilização das camadas mais jovens da sociedade, para o conhecimento das necessidades básicas de um animal de companhia, constitui um dos pontos de interesse no combate ao abandono. Tal como disse Immanuel Kant "O Homem não é nada além daquilo que a educação faz dele", e nessa linha de pensamento pretendemos ajudar a formar adultos conscientes.

Inserida no Programa Pedagógico do município para o presente ano letivo, tendo como público-alvo as crianças do Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, esta ação de sensibilização é dinamizada em parceria com a "Associação Animais de Rio Maior", com a participação do Eng.º Luis Varela, e com a Clínica Veterinária de S. João, com a presença da Dr.ª Inês Lameiras,

técnica na área da Medicina Veterinária.

A abordagem para transmissão da informação é interativa, utilizando exemplos e dúvidas do dia-a-dia, tendo como linha orientadora uma apresentação em formato PowerPoint e a presença de um animal de companhia. As crianças têm a oportunidade de falar sobre os seus animais, colocar dúvidas e interagir com o animal em sala de aula. ■

PRINCÍPIO 9

Construir uma cidade participativa com base na informação e na ética





maioria dos produtos alimentares. Promoveu-se ainda a inclusão do exercício físico nas aulas do 1.º ciclo e a implementação pedagógica, didática e curricular do HIPPOFÓLIO. ■

PRINCÍPIO 5

No quadro das suas competências, o município deve conhecer – encorajando a inovação – o desenvolvimento da ação formativa que se realiza nos centros de ensino estruturado da sua cidade, sejam estes de âmbito local, nacional, público ou privado. Deve ainda conhecer e promover iniciativas de educação não formal, nos aspetos do seu curriculum e objetivos que se refiram ao conhecimento real da cidade e à formação e informação dos seus habitantes – para uma cidadania responsável.

SANTARÉM

INcubadora d'Artes Santarém – a diversidade da criação artística no processo educativo

Em março de 2016 nasce um equipamento municipal de apoio direto à criação artística denominado INCubadora d'Artes de Santarém (IdAS), que foi instalado na antiga Escola Básica de Salvador, entretanto desativada, no âmbito do reordenamento escolar do concelho.

Com esta medida, mantiveram -se as funções educativas deste espaço, com o objetivo simultâneo de apoiar a produção cultural, estimular a criatividade, explorar o potencial criativo dos

artistas e incentivar a eclosão de novos titulares de ideias e projetos criativos.

Assim, a autarquia possibilita a geração de sinergias, em que a IdAS se assume como um crescente nicho do desenvolvimento criativo, e os projetos artísticos são potenciados com vista à sustentabilidade dos mercados para os quais são criados...

Para isso, os artistas dispõem das valências arquitetónicas que o equipamento comporta, no total de 7 salas autónomas, com algumas mais vocacionadas





para atividades específicas – estúdio de gravação e de ensaios; sala para artes performativas; sala polivalente para acolher objetos de maior dimensão ou pequenas apresentações do processo criativo de construção dos trabalhos em curso...

Nestas salas, bem como nos pátios exteriores, ao ar livre, é possível desenvolver uma grande panóplia de atividades – artes digitais, webdesign, multimédia, audiovisuais, cinema de animação, artes plásticas, escultura, gravura, teatro, novo circo, dança, música (ensaios de grupos), moda, arquitetura, artesanato tradicional e contemporâneo...

Neste primeiro ano de funcionamento, a ocupação das salas esteve quase completa todo o tempo, 24h/dia, albergando vários artistas de vários concelhos, das áreas das artes plásticas, música, teatro, dança contemporânea e de salão, escultura, para além de apresentações performativas e formações, pelos estágios artísticos dos alunos das Escolas Superior de Educação de Santarém e Secundária Dr. Ginestal Machado (curso de interpretação).

Instalada dentro do Centro Histórico, a IdAS vem dinamizá-lo quer pelo trabalho cultural e educativo, quer pela reabilitação urbana em curso, garantindo a revitalização de uma zona habitacional no centro da cidade e junto de um significativo troço da muralha medieval, com vista panorâmica sobre a Lezíria do Tejo. ■

PRINCÍPIO 18

A cidade deverá estimular o associativismo enquanto modo de participação e co-responsabilidade cívica com o objectivo de analisar as intervenções para o serviço da comunidade e de obter e difundir a informação, os materiais e as ideias, permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas. Por seu lado, deverá contribuir na formação para a participação nos processos de tomada de decisões, de planeamento e gestão que exige a vida associativa.

SANTO TIRSO

Escola Cidenai premiada pela Agência Nacional Erasmus+

Fundada em 1989, a Escola Cidenai tem, desde 2004, direccionado muitas das suas iniciativas para a Europa, proporcionando aos seus alunos a oportunidade de realizarem a sua Formação em Contexto de Trabalho em países da União Europeia, bem como a participação em intercâmbios com outras escolas.

Neste contexto, no âmbito do Programa Erasmus+, financiado pela União Europeia, a Escola Profissional Cidenai recebeu, no passado dia 21 de setembro, em Braga, no Salão Medieval da Reitoria da Universidade do Minho, o Prémio de Boas Práticas 2016, entregue pela Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação. Esta iniciativa premeia projetos pela sua qualidade, potenciando o impac-

to do Erasmus+ na vida das organizações e dos jovens portugueses e, por essa via, na construção da Europa.

Nesta cerimónia, esteve presente, em representação da escola, o Diretor Pedagógico, que orgulhosamente recebeu este prémio, representativo do empenho e da permanente ligação da escola à Europa, proporcionando variadíssimas experiências aos seus alunos no estrangeiro.

Este galardão premeia o projeto do ano de 2015, que permitiu que 12 alunos, que frequentavam o 11º e o 12º anos, realizassem o estágio no estrangeiro, nomeadamente em Rovigo, Itália, e Tenerife. Este projeto incluiu também estágios pós-formação, para quatro alunos, em Derry, na Irlanda. ■



PRINCÍPIO 13

"Oferecerá igualmente espaços de formação e de debate, incluindo os intercâmbios entre cidades, para que todos os habitantes possam assumir plenamente as inovações que aquelas geram".



SEVER DO VOUGA

Lendas de Sever para SE VER

No âmbito dos serviços educativos do Museu Municipal de Sever do Vouga realizou -se mais uma atividade cultural em articulação com os alunos do 11º e 12º anos do curso de Artes Visuais do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga, tendo por base as lendas de Sever do Vouga.

As lendas são resultado do imaginário dos povos e das suas tradições, constituindo -se num repositório de grande valor cultural e histórico, fazendo parte da cultura popular dos territórios. Num total de 20, todas elas já compiladas e publicadas em várias edições do Município, foram matéria -prima de estímulo, curiosidade, pesquisa e fascínio dos alunos envolvidos neste projeto. O que se pretendeu?

Resgatar memórias e histórias do imaginário popular, cujo registo oral está, felizmente preservado, e trazê -las à luz da contemporaneidade. De que forma?



Reinterpretando -as e reinventando -as pelos "olhares" dos mais jovens, através de diferentes técnicas de expressão plástica, (desenho, pintura e/ou ilustração), incluindo fotografia e audiovisuais. O imaginário, aliado à criatividade e inovação estão em destaque e transpõem as paredes da Escola.

Os alunos pesquisaram, falaram entre si, construíram planos, descobriram fantasias e adicionaram -lhes outras. Figura predominante em todas as lendas: as Mouras encantadas! Colocaram em prática a pesquisa no terreno. Auxiliaram -se da pesquisa documental, mas também das memórias dos pais e avós...articularam -se, organizaram -se para as suas criações!

Com isto, fomentamos a pesquisa, a criatividade e a inovação, proporcionando uma aprendizagem através da participação ativa, facilitadora para a apreensão global da mensagem que se pretende comunicar: o valioso património imaterial popular do território concelhio. Para além disso, através de uma viagem ao passado, partiram à descoberta de uma herança coletiva. Esta iniciativa e outras dentro do mesmo princípio, visam criar elos de ligação entre os jovens e o seu território. Depois de um trabalho de pesquisa e de transformação criativa, esteve patente ao público no Museu Municipal de Sever do Vouga, de 6 a 31 de Dezembro de 2016. ■

PRINCÍPIO 7

A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa. Esta a tornará única e será a base dum diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades.

SILVES

Toalhetes Educativos

A Câmara Municipal de Silves, através do seu sector de Educação, criou um conjunto de cinco toalhetes que estão a ser usados nas várias cantinas das escolas de 1º ciclo do concelho. Os toalhetes foram criados com o intuito de colaborar na sensibilização para alguns temas importantes, bem como de divulgar alguns espaços do Município.

Temas como a reciclagem, o uso da água, a alimentação saudável, a prática de desporto e a Quinta pedagógica foram tratados nestes cinco suportes, que os alunos usam como base nos seus tabuleiros de refeição e através dos quais podem obter informação útil.

O objectivo inicial deste projecto visava essencialmente a promoção de hábitos alimentares saudáveis, sendo o período de almoço um espaço privilegiado para o efeito. No entanto percebeu-se que era possível alargar o âmbito do projecto a outras temáticas, nomeadamente dar a conhecer espaços educativos do Município como a Quinta Pedagógica, promover a prática de exercício físico ou a reciclagem.



SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Loja Solidária

Ao implementar a utilização dos toaletes nos refeitórios das escolas do concelho, para além da sua utilidade como material de higiene descartável, foi possível veicular informação de índole educativa e institucional. Este projecto abrange todas as escolas do primeiro ciclo e jardins de infância do concelho.

Possibilita a promoção dos produtos locais, no que concerne à alimentação, e dos equipamentos do concelho, promoção de hábitos sustentáveis, nomeadamente reciclagem e consumo de água.

Consideramos que, ao incutir hábitos saudáveis nos alunos e divulgarmos equipamentos do Município, esta informação será canalizada também para os adultos.

A divulgação das potencialidades do concelho, as parcerias internas e externas, o elevado número de alunos envolvido e a possibilidade de alargar o âmbito da iniciativa constituem os principais pontos fortes deste projecto.

Trata-se de um projecto com continuidade, pois estão previstas novas edições com a abordagem de novas temáticas no próximo ano lectivo. ■

PRINCÍPIO 11

Construir uma cidade que promove a sustentabilidade e a saúde (qualidade de vida)
Promover a educação para a saúde
Promover boas práticas de desenvolvimento sustentável



A Loja Solidária é um recurso no campo da ação social, que o Município de Sobral de Monte Agraço disponibiliza aos munícipes em situação de comprovada vulnerabilidade económica e social, em funcionamento desde 10 de dezembro de 2011.

Caracteriza-se por um espaço localizado no mercado municipal com uma área de cerca de 20m2 onde estão disponíveis para os seus beneficiários, a título gratuito, bens de diversa ordem, designadamente vestuário, calçado, cobertores, lençóis, atalhados, livros, brinquedos; e ainda, outros de maior porte, nomeadamente eletrodomésticos e mobiliário, que se encontram no armazém municipal.

Para que um munícipe possa aceder à Loja Solidária, deverá dirigir-se ao Serviço de Ação Social do Município de Sobral de Monte Agraço e iniciar um processo de pedido de apoio. A Assistente Social realiza um estudo socioeconómico do agregado familiar, mediante apresentação de documentos comprovativos da composição do agregado familiar e comprovativos de todos os rendimentos e de todas as despesas mensais fixas.

É condição de acesso que o requerente se encontre numa situação de comprovada carência económica.

Os beneficiários poderão usufruir da Loja Solidária uma vez por mês, num limite máximo de cinco peças por pessoa, independentemente da natureza das mesmas.

Em casos devidamente fundamentados como por exemplo, em casos de mobiliário e/ou eletrodomésticos de grande porte, o Município de Sobral de Monte Agraço assegura o transporte desses bens para a casa dos beneficiários.

A Loja Solidária assegura a sua abertura recorrendo a voluntários e a funcionários do Município que asseguram quer a triagem dos bens doados, quer o regular funcionamento da Loja.

A missão da Loja é:

- Contribuir para uma consciencialização ecológica, para a importância de reciclar e de reaproveitar os

recursos, contribuindo para o combate ao desperdício, poupando e protegendo o ambiente.

- Sensibilizar a comunidade para a doação de objetos que já não usam, fomentando a partilha e a solidariedade, através da sua doação a terceiros.
- Contribuir para a melhoria das condições de vida dos indivíduos ou famílias em situação de maior vulnerabilidade económica e social.
- Educar as famílias racionalizando a quantidade de bens levantados, priorizando o levantamento apenas daqueles que necessitam. ■



PRINCÍPIO 16

As intervenções destinadas a resolver desigualdades podem adquirir formas múltiplas, mas deverão partir duma visão global da pessoa, dum parâmetro configurado pelos interesses de cada uma destas e pelo conjunto de direitos que a todos assistem. Toda a intervenção significativa deve garantir a coordenação entre as administrações envolvidas e seus serviços. É preciso, igualmente, encorajar a colaboração das administrações com a sociedade civil livre e democraticamente organizada em instituições do chamado sector terciário, organizações não governamentais e associações análogas.

TORRES VEDRAS

20 Razões para Viver Torres Vedras, Cidade Educadora

Vivemos Torres Vedras como um território uno mas simultaneamente espaço de diferenças, com uma identidade que não esquece ser o resultado da interpenetração de múltiplos fenómenos ambientais, sociais e culturais.

Vivemos Torres Vedras como cidade com intencionalidade educadora, que fomenta a formação para e pela cidadania – a afirmação de valores civis como a solidariedade, a liberdade, a igualdade, o incentivo à participação na vida da comunidade são materializados em políticas, programas e projetos desenvolvidas na mais estreita parceria com todos os elementos da comunidade – associa-

ções, escolas, instituições públicas e privadas.

Vivemos Torres Vedras como espaço público de educação, presumindo a educação como transversal a todas as políticas da cidade e convocando todos os cidadãos para a nobre tarefa de educar.

Vivemos Torres Vedras como território que entende a ciência, a tecnologia e a inovação como motores para o desenvolvimento da economia local e para o crescimento cidadão e por isso os trazemos para fora dos muros da escola.

Vivemos Torres Vedras como território em que a diferença é entendida como uma riqueza.

Vivemos Torres Vedras como espaço de vivência sempre em construção tendo a educação como caminho para o bem comum.

Vivemos Torres Vedras como Cidade Educadora e por isso nos congratulamos com a promulgação do dia 30 de novembro como Dia Internacional das Cidades Educadoras e temos o maior orgulho em associarmo-nos a centenas de cidades de todo o mundo na sua comemoração. E foi com entusiasmo que, neste dia, partilhámos com todos os munícipes “20 RAZÕES PARA VIVER TORRES VEDRAS, CIDADE EDUCADORA”, dando a conhecer, pelas ruas da cidade, os 20 princípios explanados na Carta das Cidades Educadoras. Também os trabalhadores do município se envolveram com este conceito, que, após divulgação do tema do Jantar de Natal, “Cidade Educadora”, decoraram as portas dos seus gabinetes com enfeites de Natal alusivos ao tema. Do Jantar de Natal, destacam-se a decoração de centros de mesa com livros (oferecidos aos participantes), ementa com o texto explicativo no verso, marcador de livro oferecido a cada participante, exibição de dois vídeos alusivos às Cidades Educadoras e palavras-chave utilizadas como cenografia do espaço de refeição. ■



PRINCÍPIO 9

A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e responsável. Para este efeito, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as atividades de formação em valores éticos e cívicos.

Deverá estimular, ao mesmo, a participação cidadã no projeto coletivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea.



VALONGO

Projeto educacional de promoção de hábitos alimentares saudáveis -Nutri Ventures

Este projeto é promovido pelo ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana, empresa de restauração coletiva responsável pelo fornecimento de refeições nas Escolas Básicas do Concelho de Valongo, no âmbito da sua responsabilidade social e do compromisso na promoção da saúde junto da população. Resulta de uma parceria com a Nutri Ventures, empresa nacional de referência no entretenimento infantil, responsável pela criação e produção da série de animação Nutri Ventures – maior projeto de animação produzido em Portugal – que promove exclusivamente a alimentação saudável, criando conteúdos de entretenimento em que os alimentos fazem parte central da história.

O Município de Valongo, consciente da importância da promoção de projetos educacionais para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, junto das crianças, associou -se a este projeto, que se dirige a todas as crianças da Educação Pré -Escolar e 1.º ciclo (cerca de 4600) e se desen-

volvem em todas as Escolas Básicas localizadas no concelho de Valongo, num total de 29.

O projeto consiste na criação de materiais educativos e conteúdos de entretenimento – autocolantes, desafios, banda desenhada, flyers – e realização de atividades orientadas para os diferentes níveis de educação e ensino. Na educação Pré -Escolar as atividades são:

- Entrega mensal de desenhos para colorir e recortar;
- Desafio para serem feitos em sala com docentes.

No 1º Ciclo do Ensino Básico são as seguintes:

- Entrega mensal de fascículos de banda desenhada criada para o efeito, com atividades, num total de 10, bem como de uma capa arquivadora;
- Entrega de autocolantes relacionados com a banda desenhada;
- “Flyer – Top secret” destinado a pais e mães;
- 2 “Quizes”, que são respondidos na sala de aula, sendo que as escolas com maior percentagem de respostas certas receberão a visita do boneco e super -herói da série “TEO”.
- Inquérito final para pais, mães e docentes, no final do projeto;
- Colocação de um Photowall nas escolas alusivo à série de animação.

Os objetivos são promover uma alimentação saudável, sensibilizando para a redução do consumo de sal e do consumo de açúcares simples, assim como promovendo o aumento do consumo de proteína de origem vegetal (exemplo leguminosas) em detrimento da proteína de origem animal. ■

PRINCÍPIO 11

A cidade deverá garantir a qualidade de vida de todos os seus habitantes. Significa isto, um equilíbrio com o ambiente natural, o direito a um ambiente sadio, além do direito ao alojamento, ao trabalho, aos lazeres e aos transportes públicos, entre outros. Deverá promover ativamente a educação para a saúde e a participação de todos os seus habitantes nas boas práticas de desenvolvimento sustentável.



VILA NOVA DE FAMALICÃO

Património e Cidadania

Os Serviços Educativos da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão apresentam -se como um recurso educativo que promove, dinamiza e desenvolve projetos e ações para a uma aprendizagem fundamentada na educação não formal.

Pretende -se de uma forma lúdica e pedagógica promover a riqueza patrimonial do concelho, valorizar a sua identidade cultural e desenvolver a curiosidade e sentido crítico.

Integrado nos Serviços Educativos, no ano letivo 2003/2004 nasceu o programa “Viagens pelo Património Cultural”, levando os museus que integram a rede municipal do concelho às escolas do 1º ciclo, despertando nos alunos o interesse pela descoberta do património histórico -cultural, materializado através de cinco maletas pedagógicas, cada uma delas com uma história respeitante a cada um dos espaços envolvidos no projeto: Estação Arqueológica de Perrelos; Museu da Indústria Têxtil; Museu Bernardino Machado; Casa -Museu Camilo Castelo Branco e Museu Nacional Ferroviário Núcleo de Lousado.

Após a apresentação em sala de aula, o passo seguinte é a visita aos museus, onde os alunos poderão carimbar o seu “Passaporte do Património Cultural”.



VILA FRANCA DE XIRA

Campanha “Reciclar + Dar = Ajudar”

A Campanha “Reciclar + Dar = Ajudar” é uma iniciativa do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, de cariz solidário, que visa a recolha de bens diversos que revertem a favor das várias instituições do Concelho que apoiam populações em situação de vulnerabilidade social.

A 1.ª edição realizou -se em 2010, mantendo -se atualmente em vigor. A recolha de bens decorre habitualmente nas Casas de Juventude do Município, visando envolver e sensibilizar os seus frequentadores, e comunidade em geral, para a ação cívica, quer no âmbito da reciclagem e reutilização, quer no âmbito da solidariedade – valores que se aliam nesta iniciativa.

Nas suas várias edições já foram recolhidas roupas para adulto e criança, brinquedos, livros, DVD’s, jogos de mesa, jogos eletrónicos, alimen-

tos não perecíveis, cobertores, material escolar e didático, produtos de higiene, 10,532 toneladas de papel posteriormente convertidas em alimentos, que revertem a favor de instituições como “Obra das Mães”, “Os Companheiros da Noite”, Centros de Acolhimento Temporários, Centros Comunitários (aos quais foram dadas prendas para a “Festa de Natal”), instituições que trabalham com o Banco Alimentar Contra a Fome e o Hospital de Vila Franca de Xira, promovendo neste último caso a motivação e a melhor recuperação possível dos internados na ala pediátrica.

Sendo o trabalho em rede uma bandeira deste município foram estabelecidas, em algumas das edições, parcerias com a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares contra a Fome e com a capelanía do Hospital de Vila Franca de Xira. ■

VILA REAL

Orçamento Participativo Escolar

No ano letivo 2015/2016 aliam -se as novas tecnologias aos serviços educativos, com a **Plataforma “+Ciudadania”**, também para o 1.º ciclo, com a missão de reduzir e prevenir o abandono escolar precoce e promover a igualdade de acesso a uma educação de qualidade.

Estes projetos articulam -se, promovendo a utilização das tecnologias de informação e comunicação na aprendizagem; criando um ambiente inovador, dinâmico e interativo que estimula e reforça o processo de ensino -aprendizagem; melhorando os conhecimentos culturais, sociais e políticos da comunidade; potenciando a participação ativa dos alunos e famílias na comunidade, uma vez que estes conteúdos para além de serem trabalhados em sala de aula, são também trabalhados em casa com os encarregados de educação. ■

PRINCÍPIO 5

“Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade”.



O Orçamento Participativo Escolar é um processo democrático que se deseja amplamente participado, e através do qual se pretende que todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico dos diversos estabelecimentos de ensino da rede pública possam decidir sobre a aplicação de parte dos recursos financeiros disponibilizados pelo Município de Vila Real, em benefício direto da respetiva comunidade escolar.

Desta forma, procura -se potenciar uma maior aproximação das decisões políticas às reais expectativas, a aplicação de recursos financeiros disponíveis às necessidades das comunidades escolares da rede pública e, simultaneamente, promover o exercício de uma cidadania participada, ativa e responsável.

Com a implementação deste projeto, pretende -se que os alunos do 1º ciclo do ensino básico das escolas da rede pública elaborem um documento, através do qual proponham a realização de um projeto ou atividades no respetivo estabelecimento de ensino, com um custo de execução até ao valor máximo definido pelo Município de Vila Real, atualmente no valor de 2.500€ por cada agrupamento de escolas.

O Orçamento Participativo Escolar promovido pelo Município de Vila

Real assenta num modelo de carácter deliberativo, dividido em vários momentos distintos.

No presente ano letivo, e na sequência do respetivo processo eleitoral, os projetos mais votados foram os seguintes: Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus – EB1 Abade de Mouços – *Equipamos a nossa escola*: pretende a instalação de quadros – brancos ou de ardósia – móveis, ao lado dos quadros interativos, nas salas dos 3º e 4º anos. Agrupamento de Escolas Diogo Cão – EB1 de Vila Real nº 3 (EB do Corgo): *Vamos descobrir o voluntariado* (pretende direccionar os alunos e toda a comunidade educativa para o voluntariado, através da implementação de ações diversificadas).

Este projetos devem ficar totalmente executados até ao final do corrente ano letivo. ■

PRINCÍPIO 2

O Papel da Administração Municipal é, por um lado, obter as disposições legislativas provenientes da Administração Central e Regional e, por outro lado, estabelecer as políticas locais que se revelem possíveis, ao mesmo tempo estimulando a participação dos cidadãos no projeto coletivo, a partir das instituições e organizações civis e sociais ou de outras formas de participação espontânea.



Assembleia Geral da AICE

Terá lugar em Granollers, Espanha, no dia 24 de março de 2017 a Assembleia Geral da AICE.

Salientamos a importância da participação da RTPCE, porque será votada a alteração de Estatutos para a introdução da Língua Portuguesa, como língua oficial desta Associação Internacional.

Em breve, o Secretariado Internacional da AICE enviará a convocatória oficial para esta participação.

Através do seguinte link poderão aceder ao convite de Granollers, Programa provisório e outras informações de interesse:

<http://www.edcities.org/granol-lers-os-invita-a-la-proxima-asamblea-general-de-aice/>



identificadas

VII CONGRESSO NACIONAL
DA REDE TERRITORIAL PORTUGUESA
DAS CIDADES EDUCADORAS
GUARDA 2017

VII Congresso Nacional da RTPCE

Guarda,
25 a 27 de maio 2017

Está já disponível, no site institucional do Município da Guarda, o Programa, Comissões de Honra e Científica, Formulário de Inscrições de Participantes (até 15 de abril) e Alojamentos, bem

como o Formulário de Inscrições de Experiências (até 27 de fevereiro).

Considerando os Congressos Nacionais os eventos mais significativos para a RTPCE, pois constituem momentos de partilha, aprendizagem e convívio, apelamos à participação de todos.

Através dos seguintes links, poderão aceder a toda a informação disponível:

LINK GERAL

<http://www.mun-guarda.pt/Portal/conteudo.aspx?SS=conteudos&Lista=Estáticos&ID=90>

LINKS ESPECÍFICOS

Programa:

http://www.mun-guarda.pt/conteudos/PublishingImages/Estáticos/Programa_7_Fev_2017.pdf

Comissões de Honra e Científica:

http://www.mun-guarda.pt/conteudos/PublishingImages/Estáticos/Comissões_7_Fev_2017.pdf

Ficha de Inscrições Participantes:

<http://formularios.mun-guarda.pt/inscricoes/>

Ficha Inscrições Experiências:

<http://formularios.mun-guarda.pt/Experiencias/>

Alojamento e Restaurantes:

http://www.mun-guarda.pt/conteudos/PublishingImages/Estáticos/restaurantes+alojamento_VIICONGRESSO.pdf



Comissão de Coordenação eleita em Ponta Delgada

Teve lugar, no Encontro Nacional da RTPCE, em Ponta Delgada, a eleição da Comissão de Coordenação para o biênio 2017/2018.

Para um total de 5 lugares a eleger, apresentaram-se 9 candidatos: Almada, Évora, Loulé, Loures, Odemira, Palmela, Paredes, Santa Maria da Feira e Torres Vedras. Após uma pequena intervenção de cada um dos candidatos, para defesa da sua candidatura, procedeu-se à eleição por voto secreto.

Foram eleitos os municípios de Almada, Loulé, Odemira, Santa Maria da Feira e Torres Vedras.

Deste modo, a Comissão de Coordenação para o biênio 2017/2018, para além dos municípios eleitos e referidos anteriormente é, também, constituída pelos seguintes membros e por inerência: Lisboa (representante da RTPCE no Comité Executivo Internacional); Guarda (organização do VII Congresso Nacional da RTPCE – 25,26 e 27 de maio 2017) e Cascais (organização do XV Congresso Internacional das Cidades Educadoras – junho 2018).

FICHA TÉCNICA

Coordenação Editorial Município de Lisboa – GLCE | Município de Braga | Município de Évora
Coordenação Gráfica | Município de Lisboa
Design e paginação Catarina Amaro da Costa (CML/SG/DR/UCCLA)

Contatos da Comissão de Coordenação da Rede Territorial Portuguesa

manuela.raimundo@cm-lisboa.pt | tel. 218 171 142
paulo.a.louro@cm-lisboa.pt | tel. 218 171 812

 EDCITIES.ORG/LINK"PORTUGAL"

 RTPCE